

Apresentação

Filipe Campello¹

O presente volume especial da *Perspectiva Filosófica* reúne contribuições do Colóquio Internacional "Justiça, Democracia e Emoções Políticas em Perspectiva Transnacional", realizado em abril de 2015, no Recife. O evento teve como objetivo interligar pesquisadores brasileiros e estrangeiros numa rede de colaboração e intercâmbio científico, em uma parceria entre o Núcleo de Estudos em Filosofia Política e Ética da Universidade Federal de Pernambuco (NEFIPE/UFPE), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia desta Universidade, e o Leibniz Research Group Transnational Justice da Goethe-Universität Frankfurt.

A proposta do Colóquio surgiu da crescente constatação de que, em contextos de globalização e transnacionalização, a teoria e filosofia política devem se perguntar se e em qual medida as concepções tradicionais e usualmente centralizadas no Estado permanecem apropriadas em uma nova constelação pós- ou transnacional. Modelos de justiça, democracia e emoções políticas que pretendam ser válidos para relações entre cidadãos dentro de um mesmo Estado não podem ser facilmente extrapolados para contextos transnacionais, regionais ou mesmo a nível mundial. Nesse sentido, o Colóquio teve como objetivo discutir a possibilidade e consistência de concepções alternativas de justiça transnacional (1), democracia transnacional (2), e de emoções políticas transnacionais (3), apresentados sucintamente no que segue.

(1) O debate acadêmico sobre justiça transnacional e global envolve um amplo leque de posições, por um lado, entre estatistas e nacionalistas – que negam que mais do que um mero mínimo humanitário é dever de todas as pessoas globalmente -, e, por outro lado, entre correntes do globalismo e cosmopolitismo – que defendem que alguns padrões igualitários distributivos como uma justa igualdade de oportunidade são válidos entre todas as pessoas globalmente. Nesse

¹ Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, e coordenador do Núcleo de Estudos em Filosofia Política e Ética (NEFIPE/UFPE).

último caso, muitos teóricos defendem posições internacionalistas ou transnacionalistas intermediárias, nas quais reconhecem uma pluralidade de distintos contextos de justiça que envolvem relações interestatais, supranacionais, regionais e outras relações transnacionais. Algumas dessas posições transnacionais são decididamente políticas e argumentam que a justiça requer o efeito de condições sociais sob as quais as próprias pessoas podem deliberar e decidir sobre aqueles princípios de justiça que devem ser reconhecidos pelas instituições políticas e jurídicas. As posições políticas, portanto, não mais assumem que a tarefa fundamental de uma teoria da justiça seria determinar os padrões distributivos apropriados, mas, antes, elas precisam examinar as condições políticas em que as pessoas podem se tornar agentes que justificam entre si o que deve valer como justo em termos distributivos.

(2) O debate sobre justiça transnacional é estreitamente ligado às interpretações em torno da democracia transnacional ou global, que ganhou maior importância no contexto da filosofia e teoria política contemporânea. Uma teoria da democracia transnacional deve abordar questões desafiadoras, tais como: é possível e desejável promover (externamente) a qualidade democrática das instituições políticas em contextos locais e domésticos que, atualmente, são altamente ou relativamente não-democráticos? Como democracias consolidadas podem defender-se contra processos econômicos globais e transnacionais, como aqueles exemplificados enquanto “race to the bottom”, que tendem a minar o funcionamento de instituições democráticas devido à imposição de imperativos econômicos e retirar as capacidades do estado? Como organizações e instituições regionais, supranacionais e internacionais, que são cada vez mais influentes, podem ser tornar mais democráticas? Finalmente, qual o papel da sociedade civil nesse processo e quais as possibilidades de consolidação de uma sociedade civil e esfera pública transnacional mais influente e deliberativa? Neste eixo temático, uma questão igualmente relevante é em torno do papel que o Brasil desempenha ou deve desempenhar na democratização de relações transnacionais, bem como investigar os potenciais e desafios da cooperação sul-sul.

(3) Por fim, o debate acadêmico sobre emoções políticas transnacionais é marcadamente influenciado por trabalhos de pensadores nacionalistas ou patrióticos que defendem que laços políticos fortes e emoções importantes para a concepção de justiça – como p. ex. solidariedade – são somente realizáveis dentro de contextos de uma mesma nação. Enquanto centrados, portanto, em modelos de estado, essa visão coloca em questão a viabilidade da democracia e justiça globais e transnacionais. Outros teóricos, no entanto, questionam essa visão e argumentam que emoções políticas podem também emergir, gradualmente e suficientemente estáveis, em contextos transnacionais. Nessa abordagem alternativa, se encontra, por exemplo, um conceito desafiador de solidariedade além das fronteiras nacionais – enquanto, no entanto, é ainda controverso em que medida este conceito seria melhor entendido como um princípio normativo – como em parte das propostas teóricas sobre o cosmopolitismo – ou, antes, como um sentimento dependente de contextos. De central importância para esse debate é a questão de qual teoria e prática de uma educação política poderia eventualmente promover a formação de emoções políticas favoráveis ao alcance de relações democráticas transnacionais. Contribuições que ilustram a transformação de autocompreensões nacionais no Brasil e que analisam em que medida isso promove ou impede democracia e justiça transnacional são de particular interesse para este eixo temático. Destaca-se, ainda, a questão de como (e em que medida) é possível conceber um tipo de concepção de solidariedade necessária para legitimação de políticas redistributivas que diminuam a desigualdade econômica, ou quais modelos de emoções políticas podem ser analisados em contextos transnacionais.

A partir dos trabalhos apresentados no Colóquio, este número especial reúne contribuições de André Berten, Rúrion Melo, Bastian Ronge, Davi Silva, Marcela Martinez, Karen Franklin e Daniel da Silva Souza. As questões tratadas oferecem um panorama de algumas das questões supramencionadas, compreendendo temas como hospitalidade, solidariedade, sentimentos morais, motivação racional, esfera pública, a partir de autores(as) como Adam Smith, Jürgen Habermas, John Rawls, Hannah Arendt, Martha Nussbaum e Nancy Fraser, elucidando a

importância e atualidade desses autores(as) e do amplo conjunto de questões abordadas a partir de uma perspectiva transnacional.

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos autores(as) deste volume pelas contribuições enviadas. Agradeço ainda à Fundação Joaquim Nabuco, ao Centro Cultural Brasil Alemanha, à CAPES e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco pelo apoio financeiro e institucional que possibilitaram a organização do evento. Um agradecimento especial ao meu colega Julian Culp, pela sempre prestativa colaboração na co-organização do Colóquio, e a Bárbara Buriel, pelo dedicado auxílio na preparação deste volume.